Anais da Assembléia

Nº 16 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 1.981. ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1.981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Nestor Baptista e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**João Mansur**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PDS com assento nesta Casa, indico o nome do nobre Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA para compor as seguintes Comissões Técnicas desta Casa: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Terras Imigração e Colonização como Titular; Comissão de Finanças e Redação como Suplente.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de louvor e aplausos ao COLÉGIO BOM JESUS, pela inauguração da aldeia franciscana, domingo pp., no Município de Campo Largo..

Requer, outrossim, aprovado o presente, seja dado ciência da decisão da Casa à direção do estabelecimento supra citado.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que ora subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na ata da presente sessão, um voto de apoio e congratulação à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO – ANAI – Pr., por ocasião da passagem do 4.º aniversário do assassinato do líder Ângelo Kretã e pelo trabalho que vem desenvolvendo em favor dos núcleos indígenas do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.981.

(a) VALDUGA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de um pedido de informações ao Secretário da Indústria e do Comércio, Fernando Fontana, sobre certificados de qualificação profissional expedidos por essa Secretaria. O pedido deve conter as seguintes questões:

1. Quais os diplomas ou certificados de qualificação profissional que a Secretaria da Indústria e do Comércio vem expedindo?
2. Descrição completa dos cursos e processos que justificam a expedição desses diplomas.
3. Sobre o valor legal desses diplomas e seu reconhecimento junto aos Conselhos Regionais de Profissionais.
4. Como são expedidos e distribuídos esses diplomas?

Sala das Sessões, em 24 de março de 1981.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria da Indústria e do Comércio vem expedindo diplomas e certificados de qualificação profissional. Um deles é o de auxiliar de serviços médicos, profissão não reconhecida pelo Conselho Regional de Enfermagem - COREN - e que vem sendo contestado pelos profissionais de enfermagem de Curitiba.

Acreditamos que esta Casa deva intervir nesta questão, impedindo que uma Secretaria de Estado possa estar expedindo documentos contestáveis.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores CORONEL HAROLDO FERREIRA DIAS, digníssimo Secretário da Segurança Pública e CORONEL COMANDANTE DIRCEU RIBAS CORREA, digníssimo Coronel Comandante da Polícia Militar do Estado, denunciando violência cometida por policiais militares contra o Sr. Lino Bilino de Goes, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Tomamos conhecimento através da imprensa de Cascavel, de um fato delituoso cometido por policiais militares do 6.º BPM - Cascavel - contra a integridade física, moral e liberdade de locomoção do jovem Lino Bideiro de Goes, funcionário do Banco União (UNIBANCO) e filho de Placídio Cordeiro de Goes e Olívia Cordeiro de Goes.

O moço trabalha das 16 às 22 horas, e no dia 16 de fevereiro de 1981, após concluir sua jornada, esteve fazendo lanche em um estabelecimento próximo ao Banco, e quando voltava para casa, em torno de meia-noite, em pleno centro da cidade, na Avenida Brasil, frente ao nº 2.464. imediações do seu local de trabalho e perto do lugar onde foi assassinado o jornalista Antônio Heleno, foi abordado por um policial fardado que lhe dera ordem de prisão.

Pasmado, quis saber a razão e explicações, ao que foi agarrado pelo soldado, e tentando escapar foi agredido por cassetete e subjugado, sem condições de fuga.

De imediato, surgiu mais outro policial e em seguida uma viatura com outros soldados armados e de cassetetes de pau e borracha espancaram-no e o conduziram ao 6.º Batalhão da PMC.

Empurraram-no ao canto de uma saleta aos bofetões, tomaram sua capanga, revistando-a, reclamando não ter dinheiro, mas só talão de cheques do BRADESCO.

Tentaram tirar-lhe -a força, confissão de envolvimento com tóxico, sob indagação de "onde está o fumo?"

Levaram-no ao banheiro, torcendo-lhe os braços, exigindo que lavasse o sangue que lhe escorria em virtude de lesões.

Reclamando soltura, sujo e ensangüentado, obrigaram-no a se lavar, sob socos e violência física, que ensoparam roupas e sapatos.

Nesse estado levaram-no ao Hospital Nossa Senhora Salete para fazer curativos e receber cuidados médicos.

Como estava sem dinheiro suficiente, forçaram-no a emitir um cheque, mas tendo se recusado, foi esbofeteado e agredido novamente, empurrado para dentro do Volks e sob as ameaças ficou no 6.º BPMC até quase clarear o dia.

A esta altura conduziram-no à Delegacia de Polícia e jogado num cubículo. Os demais detidos pediram socorro ao plantão por vê-lo passando mal, e o agente que o recebera das mãos dos policiais, mandou levá-lo ao mesmo hospital, o qual recusou-se a medicá-lo porque não pagara o curativo anterior feito na madrugada.

Já dia, sendo reconduzido à cadeia pública, teve a sorte de ser avistado por um professor local - Joel de Loco - este reconhecendo-o se interessou pelo caso e procurou liberá-lo por volta das 11 horas.

O caso está revoltando a população, que se vê desprotegida e ameaçada, principalmente porque há grande número de estudantes - moças e rapazes - que fazem cursos noturnos.

Segundo informações do escrivão de polícia, o nome do soldado agressor é Azildo Gabordi, que foi auxiliado por dois outros.

Por tais razões, o caso deve merecer rigorosa posição das autoridades superiores, cabendo até "a priori", punição severa e esperada pela população indefesa, como medida de justiça e disciplina interna dos policiais sem excluir a reparação dos danos sofridos pela vítima.

Para ilustrar a descrição acima, estamos juntando a este, 04 (quatro) fotos coloridas, que retratam as alusões expostas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Excelentíssimo Senhor Osvaldo Roberto Colin, Presidente do Banco do Brasil, ao Excelentíssimo Senhor Luiz Norberto da Silva Ratto, Superintendente Regional do Banco do Brasil, ao Excelentíssimo Senhor Carlos Geraldo Langoni, Presidente do Banco Central, ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, Chefe do Departamento Regional do Banco Central, e ao Excelentíssimo Senhor Hélio Beltrão, Ministro da Desburocratização, solicitando a imediata revogação da instrução do Banco do Brasil, exigindo a medição da área de plantio, em cada financiamento de custeio agrícola.

Por ser uma medida descabida e absurda, prementes necessidades nacionais, que somente vêm aumentar ainda mais as despesas do lavrador, que atendendo, quer aumentar a produção, mas com custos minimizados e relações desburocratizadas.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

Todos os agricultores concordam que seja feita a medição de suas áreas de plantio apenas uma vez, mas não em cada plantio ou seja duas vezes por ano, pois, devemos concordar que tendo o Banco financiador o mapa da área medida e desde que o produtor não altere a área plantada anteriormente, desnecessário se torna medir de novo a mesma área, bastando apenas que o fiscal do Banco confira se não houve alteração da área plantada com o mapa em seu poder, não precisando inclusive, ser técnico, pois, qualquer leigo poderá fazê-lo com cem por cento de segurança.

E ainda porque acreditamos ser uma ofensa e falta de confiança e respeito para com o agricultor brasileiro, tamanha exigência, justamente nesta época em que se anuncia e conclama através da imprensa nacional, que a única solução é produzir e economizar mais. Não é isto uma flagrante contradição?

Os produtores esperam e confiam no bom sendo das autoridades, e por isso, solicitamos que seja revogado imediatamente tal instrução e seja expedido ordens às agências bancárias suspendendo todas as medições de áreas que já foram efetuadas uma vez, cujos mapas estejam em posse do banco financiador, permanecendo apenas a exigência para a primeira medição e nos casos que seja alterada a área de plantio.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor GILBERTO GERALDO GARBI, M.D. Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná-TELEPAR, solicitando a instalação de um posto de serviço telefônico na localidade de DUAS BARRAS, no Município de CAPANEMA.

REQUER, outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e Excelentíssimos Senhores Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de DUAS BARRAS é das mais populosas do Município de Capanema contando com uma área essencialmente agrícola além de um movimentado comércio local, carente, portanto, de melhores meios de comunicação com a sede do município, bem como, toda a região e Estado.

O posto de serviço telefônico que se pretende, virá atender reivindicação que há muito tempo vem sendo manifestada pelo povo local através de suas lideranças.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja

encaminhado ofício ao Sr. Prefeito JAIME LERNER, apelando no sentido de ser concedida, ao guia do deficiente visual (cego), a gratuidade no transporte coletivo urbano.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1981.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Este apelo decorre da decisão de certas empresas de fazer o guia do cego entrar pela porta da roleta, a fim de cobrar-lhe a passagem.

Ironicamente, no Ano Internacional do Deficiente Físico, algumas empresas da Capital retiram-lhe esta irrisória regalia, dificultando o seu ingresso e acomodação nos coletivos. Causa profunda revolta entre os demais usuários a ordem do responsável pelo veículo, para que o deficiente, muitas vezes carregado de vassouras e outros objetos de sua sempre modesta atividade profissional, ingresse desacompanhado, sem o amparo daquele que, pacientemente, lhe guia os passos.

Fica ainda a certeza de que a gratuidade aqui pretendida, não vai empobrecer as empresas concessionárias do citado serviço público, todavia, certeza maior, irá minorar as tristes dificuldades do deficiente visual que, além de tudo, batalha pelo seu sustento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembléia Legislativa, na íntegra, o documento dos agricultores atingidos pelo lago da Usina Itaipu.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, a composição de uma comissão de Deputados para gestionar junto ao Excelentíssimo Sr. ELISEU RESENDE, Ministro dos Transportes, à reativação do transporte de passageiros, no trecho MARINGÁ - OURINHOS, desativada dia 10 deste mês.

Nossa sugestão prende-se ao fato que, no "momento em que o Governo brasileiro fala em economia de combustível", retira de circulação o meio mais barato de transporte, que é o ferroviário, numa região em que os meios de comunicação deixa muito a desejar.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

APOIAMENTO:

Gabriel Sampaio, Romero Filho, Renato Bueno, Luiz Alberto Oliveira, Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Dácio Leonel, Nelton Friedrich, Gabriel Manoel, Mário Celso, Gilberto Carvalho, Tércio Albuquerque, Edilson Alencar, Renato Bernardi, Gilberto Agibert Filho, Darcy Deitos, Erondy Silvério, Valduga, Jurandir Messias, Cyro Martins e uma assinatura ilegível.

O SR. PRESIDENTE – (**João Mansur**) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (**Lê**): "Já se disse muitas vezes, que o mal maior da ditadura – além de sua própria existência – é transformar o inspetor de quarteirão em outro pequeno ditador. Embora queira parecer que vivamos momentos novos. No entanto, precisa-se equiparar a nível local municipal.

Pequeno talvez, mas nem por isso menos déspota, menos corrupto e menos pernicioso, do que havia nos tempos da ditadura plena em nosso País.

E, neste começo de ano letivo, infelizmente mais uma vez, pudemos comprovar a realidade dos pequenos e grandes burgos – com seus chefetes – instalados em quase todos os municípios do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Há aqui dois aspectos a considerar, envolvendo um mesmo fato: o envolvimento político dos colégios da CNEC.

Em primeiro lugar, a omissão do Estado na sua obrigação e no seu dever de assegurar a todos, escolas e ensino gratuitos, pelo menos a nível de primeiro e segundo graus.

Em Mal. Cândido Rondon, como em dezenas ou centenas de outros municípios, o Estado não cumpriu e não cumpre com suas obrigações mais primárias e urgentes.

E para que os estudantes daquele município não engrossassem as fileiras dos milhões de analfabetos e semi-analfabetos deste País, a própria comunidade teve que tomar a si o encargo da educação de seus jovens. E isso, através de colégios da própria comunidade.

Agora, fato interessante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Estado, mesmo não assumindo suas obrigações de dar ao seu povo condições de ensino gratuito, não abre mão de suas politicagens, mesmo quando as escolas são criadas e sustentadas pela própria comunidade.

Já é de há muito tempo o fato dos colégios da CNEC servirem para negociatas políticas.

Mas, se o fato já era conhecido, agora em fevereiro deste ano, mais uma vez, ficou comprovado.

E possivelmente por não trilhar o caminho estreito do puxa-saquismo oficial aos caciques do PDS local, em fevereiro neste início de ano letivo, o diretor do colégio da CNEC em Mal. Cândido Rondon é afastado do seu cargo. E pasmem, Senhores, afastado pela imposição do PDS local, e não pela diretoria da CNEC.

Revoltados com tantas e mais esta arbitrariedade, os estudantes de Mal. Cândido Rondon fazem um movimento paredista, pedindo o retorno do seu diretor - Sr. Arno Gerke, às suas funções, além de conseguirem mais de cinco mil assinaturas de pessoas que também pedem a volta do antigo Diretor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Estatuto da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade é bem claro, no seu artigo número cinco: "A CNEC, coerente com os seus princípios e finalidades, não admitirá, no cumprimento do seu programa, qualquer discriminação religiosa, racial ou econômica, nem se envolverá em atividades de caráter político-partidárias".

E continua no item primeiro, deste mesmo artigo:

"Assegurado o direito de defesa, serão afastados, por decisão da Diretoria Estadual, com recurso obrigatório para a Diretoria Nacional, os dirigentes da CNEC que dela se servirem com objetivos contrários ao disposto neste artigo".

No entanto, o que vemos é outra realidade. Os colégios da CNEC infringindo seus próprios estatutos, servindo de entrepostos de nomeações e negociatas políticas.

E se ainda resta alguma dúvida, Srs., basta dizer que depois do movimento paredista dos estudantes, e havendo intervenção no referido colégio, um dos membros nomeados desta nova junta ditatorial, deste burgo de quarteirão, atende pelo nome de José Luiz Dosciatti, e é também assessor do Deputado Werner Wanderer, pequeno cacique político da região – para os assuntos de Nova Santa Rosa.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não acredito que um pequeno grupo de chefes de quarteirão estejam com a verdade e sejam donos dela, quando contra eles se encontram

centenas de estudantes e milhares de cidadãos de Mal. Cândido Rondon.

Assim, quero dizer alto e bom som, o meu repúdio a mais esta arbitrariedade deste Governo que aí está e de seus submissos e interesseiros prepostos".

Neste sentido, encaminhamos requerimento à Mesa: "Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação de voto de apoio e solidariedade aos alunos do Colégio David Carneiro, de Mal. Cândido Rondon, Estado do Paraná, presos e afastados injustamente daquele estabelecimento de ensino, após participarem de movimento pela recondução ao cargo de Diretor, do Professor ARNO GERKE, que respondia pela direção e foi exonerado.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Os alunos Beatriz Von Borstel, Vanir Luiza Bort, Luiz Carlos Lírio, Hingrid Seibot Lírio, Guerta Feiden, Henry José Felden, Marcelo Wanderlind, Vera Lúcia Borgmann e Ivanir Potker, que estão sendo afastados do Colégio David Carneiro, promoveram juntamente com os demais estudantes, movimento paredista que contou com apoio de toda a comunidade rondonense, bem como com o apoio da Diretoria do Setor da CNEC local, requerendo a volta do Diretor, Arno Gerke, afastado de suas funções por motivos de caráter político-partidários.

Por achar indevida a ingerência de ordem política, e estribados no direito estatutário da própria CNEC da Diretoria local ser consultada e se pronunciar a respeito da indicação do diretor, o movimento estudantil tomou esta iniciativa de protesto em justa causa.

Sendo assim, o motivo de afastamento dos alunos daquele estabelecimento de ensino, redundou numa flagrante injustiça.

Ao prestarmos apoio e solidariedade a esses estudantes, queremos, nada mais do que resguardar seus direitos de manifestações, diante da intervenção alienígena aos interesses internos do estabelecimento de ensino.

Em uma só palavra, pretendemos libertar as atividades educativas do exército das sombras que procuram envolver os colégios da CNEC, atrelando-os a objetivos outros que não seja a educação".

Muito obrigado, Sr. Presidente. - **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE – **(João Mansur)** Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados. **(Lê)**: " Os Deputados desta Casa receberam ontem, em seus gabinetes, uma caixinha-surpresa como brinde.

Cada caixinha com o nome do destinatário, numa embalagem com toque de presente de Natal ou "amigo misterioso" e dentro das caixinhas, nada mais nada menos do que uma carteira de cigarros, numa proeza dos cigarros Gálaxie.

Considerando os pronunciamentos já feitos nesta Casa Legislativa em torno dos malefícios do cigarro, considerando que até uma lei foi aqui votada proibindo fumar em determinados locais – como escolas e hospitais, veja na atitude dos fabricantes ou distribuidores desse veneno, o cúmulo do descaramento.

Seria o caso de perguntarmos se atitudes dessa natureza não correspondem a um desafio das multinacionais?

Seria uma lembrança de uma pseudo-campanha fracassada promovida pela Secretaria da Saúde Pública e Bem Estar Social, que ao que parece, acabou entrando na "roda" do festival do tabaco.

Tal atitude agora tomada, no envio de carteiras de cigarros aos Deputados do Paraná, não teria sido para agradecer a covardia havida na Câmara Federal, quando por orientação do então Líder do Governo, Deputado Nelson Marchezan, o PDS evitou no Plenário da Câmara a aprovação do projeto de lei que proibia a publicidade do fumo e bebidas alcoólicas no cinema, rádio e televisão, dando como razões dessa medida a reclamação das empresas de televisão que argumentaram que a proibição, praticamente, acabaria com a propaganda desses produtos na televisão.

O referido projeto chegou a ser aprovado, com diversas alterações, e sob o aplauso dos oposicionistas presentes – até que o Vice-Líder do PDS, Divaldo Suruagy, por orientação do Sr. Nelson Marchezan, requereu uma segunda discussão, fato permitido pelo Regimento Interno mas raramente utilizado tal dispositivo.

Enfim, era mais uma vitória do vício sobre a família brasileira.

Era também, uma nova vitória das multinacionais.

Pela infeliz atitude de mandar presentinhos para os Deputados, mandando uma carteira de veneno lento a cada um, quero registrar nos Anais desta Casa, este meu voto de protesto contra tão indecente comportamento.

E quero dizer da minha tristeza, por notar a forma como as multinacionais esmagam até os representantes do povo, muitos deles incapazes de reagir.

Que poder excepcional e que miserável domínio é esse, capaz de controlar até mesmo as lideranças que deveriam ser as responsáveis pela saúde da família brasileira?

A verdade é que o desfile continua.

É o Carlton e seu "raro prazer"... é o novo Century, que joga em baixo a nicotina e o alcatrão... é o Continental, o Vila Rica e tantos outros.

É o cigarro tomando conta dos espaços mais importantes da televisão, num País incapaz de levantar a cabeça para defender os pulmões e os corações de sua gente.

Já em agosto de 79, ocupamos esta tribuna para encaminhar um apelo, apelo este que esta Casa aprovou, no sentido de que todos os nossos representantes na Câmara dos Deputados e no Senado da República, integrantes da bancada do Paraná, empunhassem essa bandeira, lutando pela proibição da propaganda de cigarros, especialmente através das emissoras de televisão.

E já dizíamos naquela ocasião: "Fume quem quiser fumar", que nosso objetivo era não permitir que as multinacionais do tabaco continuassem usando a televisão para enganar nossos adolescentes.

Nossa luta nunca foi dirigida ao fumante; foi sim, contra a bombástica e enganosa propaganda que as fábricas de cigarros vêm fazendo para transformar os jovens em novos clientes e futuros dependentes do cigarro.

É preciso que o Governo ponha um paradeiro nessa propaganda que todos sabemos ser mentirosa, enganosa, mas envolvente.

Não é possível que assistamos o Governo indiferente.

Quando dizem que as multinacionais controlam muita gente, somos obrigados a dar crédito a tais informações, a menos que o próprio Congresso tome uma posição reclamada de longa data.

O que temos visto é uma série de projetos de lei apresentados no Congresso Nacional, tentando acabar a propaganda, diminuí-la, restringí-la, mas a propaganda continua livre.

Quando chega o momento de ser praticamente suspensa, a Liderança do Governo evita.

O importante é que, mesmo que sejamos vozes isoladas, mesmo gritando num deserto, tenhamos a convicção de que estamos cumprindo com um dever muito sério, muito humano, e acima de tudo, patriótico".

Muito obrigado. – **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, quero encaminhar à Mesa um requerimento, pedindo ao Sr. Secretário da Segurança e à Polícia Militar do Estado, providências no caso da violência cometida contra o bancário Lino Bilino de Góes, em Cascavel, pela Polícia Militar, conforme denunciamos desta tribuna há dias atrás.

O outro aspecto é que volto à tribuna, também pela terceira vez, para fazer um apelo às autoridades federais, principalmente ligadas ao setor da cafeicultura, em especial o Ministro da Agricultura e ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Planejamento.

Temos recebido, Sr. Presidente, das cooperativas da região, e hoje reforçando o posicionamento das cooperativas, recebo também da CASSIOPAR, que é a Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná, cujo telex formaliza um apelo a que o Governo se sensibilize com o problema da agricultura.

E eles reafirmam que há necessidade do sojicultor paranaense, especialmente de Cascavel e de sua região, que giram em torno de trinta e dois mil associados às cooperativas, no sentido de que a classe dos agricultores seja atendida na reivindicação de prorrogação dos prazos de vencimento dos financiamentos de custeio da safra de soja que está sendo colhida.

E as justificativas por esta reivindicação, são do conhecimento do Governo e dos representantes populares e se solidificaram através de todas as denúncias já formuladas no curso dos tempos.

E, a partir de outubro e novembro do ano passado, quando se reclamava a necessidade de exportação de grãos de soja, para que o mercado pudesse ter uma reação compatível. E após todas essas ponderações, o Governo continua na sua trajetória de mutismo, esquecendo-se das reivindicações justas e intransferíveis dos agricultores, onde eles desejam que sejam prorrogados os prazos de vencimentos, hoje marcados para o meses de maio e junho.

A verdade é que, depois de vedar ao agricultor, acesso às melhores condições de mercado, e se manter o atual cronograma de vencimentos dos financiamentos, estará o Poder Público atestando a falácia da proclamada prioridade agrícola, uma vez que arremeterá o sojicultor indefeso ao domínio das companhias esmagadoras, dominadas pelas multinacionais.

A colheita na região Oeste do Paraná vai adiantada, impossibilitando de se obter os recursos necessários, via EGF, o agricultor indubitavelmente será forçado a oferecer a safra maciçamente ao mercado até maio e junho próximos, conhecendo a fragilidade a que o agricultor, com a conveniência oficial, está exposto.

Essas próprias indústrias se servirão de todos os meios para aviltar o mercado, adquirindo a sua produção a preços abusivamente irreais, para repassar esta mesma soja, no período de junho e julho, a preços substancialmente maiores, em grandes prejuízos para os plantadores e, especialmente, para o consumidor brasileiro.

E perderão com a inércia oficial, o agricultor e o próprio Governo, sem considerarmos ainda os nefastos prejuízos que a manutenção dos atuais prazos carrearão à economia regional, essencialmente dependente da agricultura.

Por esta razão, a coordenadoria das cooperativas, que tem um vasto número de filiados em toda a região, faz este apelo para que as autoridades socorram a agricultura, especialmente a agricultura de mercado internacional, consubstanciado na soja.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, quarto orador inscrito.

O SR. FIORI LUIZ – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, Saul Raiz, declarou ontem sua surpresa e perplexidade diante dos dados sobre o desemprego na região norte do Estado.

Isto não surpreendeu o PMDB, pois, sabe a Oposição que o super-Secretário do Governador Ney Braga, é um administrador mais a par dos índices da grande indústria a que vinha servindo, que conhecedor dos problemas do Estado.

Nós, da Oposição, sabemos e há muito tempo, que o desemprego cresce em todo o Estado e especialmente na região Norte do Paraná. Por isso mesmo, desta tribuna, sugerimos há alguns meses, a descentralização do parque industrial, exatamente para fazer frente a esta questão.

Este pedido foi reiterado, pessoalmente, quando da visita do Governador Ney Braga a esta Assembléia Legislativa. Na oportunidade, demonstramos o crescimento industrial na região sul e o necessário estímulo para o mesmo crescimento na região norte. Disse o Governador estar preocupado com o problema.

Pelo que vemos, o Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, Sr. Saul Raiz, que com tanta desenvoltura, vem distribuindo verbas aos prefeitos, cumpre suas tarefas ignorando os aspectos mais graves da vida econômica e social do Paraná. Se não motivo para surpresa, é motivo para indignação.

A declaração de homem alçado a cargo de tal responsabilidade na administração pública, que assume uma Secretaria que, como todos sabem, praticamente substitui o próprio Governador no exercício de suas funções, só pode provocar a revolta daqueles que pretendem ver o Paraná dirigido pela competência, orientada pelo conhecimento real de seus problemas.

Declarar ignorância dos índices de desemprego, é tripudiar em cima da miséria do nosso povo. E prova de que os recursos que o Estado vem aplicando com tanto alarde não se destinam a melhorar as condições de vida da população.

Mas, isto nos remete a outra análise. E sabemos, Srs. que esta não é a primeira e não será a última surpresa a ser vivida pelo super-Secretário Saul Raiz.

Quem se surpreende com os dados sobre a precariedade das condições de vida do povo e tem presunções de continuar no Governo, certamente se surpreenderá com o resultado das urnas de 1982. O povo não se surpreende. Vive sua amargura. Sua resposta se fará também pelo voto. E com o nosso Partido no Governo, não teremos homens em altos cargos de responsabilidade, declarando surpresa e perplexidade diante dos fatos.

Porque o PMDB será o povo no Poder ".

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valduga, quinto orador inscrito.

O SR. VALDUGA – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Há uma verdade que sobressalta aos olhos e ao entendimento da mais retardada de todas as criaturas – as civilizações indígenas do Planeta foram violentadas e massacradas pela avalanche de uma Civilização Antropofágica.

A questão indígena coloca-se exatamente no conceito antológico e teológico, isto é, na verdadeira origem e destino do homem.

Quem estará certa: a enorme sociedade de consumo na corrida desenfreada, a corrida atropelante do capital em busca de novas técnicas de produção, ou as civilizações indianistas que se conformam com uma simples relação social de produção?

Reconhecemos que a lei de sobrevivência do indivíduo inegavelmente, condicionou o grande salto que a humanidade dera, distanciando-se dos seus ancestrais. Só neste século, de

1.900 a 1.967, desapareceram no Brasil 90 nações indígenas falando 35 línguas diferentes.

No avanço moderno de agora, principalmente na área da Amazônia, o índio tem sofrido de maneira brutal e tem perdido muitas terras. Acho que o índio não seria o entrave, tampouco constitui embaraço ao progresso nem ao desenvolvimento.

A FUNAI tem cadastrado inúmeros núcleos indígenas, altamente prejudicados pelas frentes de projetos, com anuências ou acordos da SUDAM. Com esse trabalho, o índio tem levado a pior. Sem se falar no perigo da presença do machado, que quebra o equilíbrio ecológico transformando tudo num verdadeiro deserto.

Se isso não bastasse, somos condutores dos males da civilização moderna; um simples resfriado poderá exterminar com uma tribo inteira.

Até hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada se fez em favor das populações indígenas e quando se fala em demarcar suas terras, logo surge o tráfico de influência dos poderosos e com eles, o sinal vermelho.

Acabo de receber um relatório da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI do Paraná), relembrando a passagem de um ano do assassinato do líder caingangue ÂNGELO CRETÃ, e trazendo de público a atual situação em que vive o índio paranaense, salientando os fatos que caracterizam o Paraná dentro do processo de genocídio do índio brasileiro.

"MORTE DE CRETÃ ocorrida de forma inusitada um carro atravessado na estrada e em cima de um barranco, quatro pistoleiros esperam o momento, tendo alvo fácil. Os pistoleiros foram identificados por testemunhas, e os mandantes – como sempre – não foram nomeados".

Isto aconteceu no dia 22 de janeiro de 1980, em Mangueirinha, neste Estado, e os criminosos continuam impunes. E isto aconteceu em função da posse de terras naquela região, onde se localiza a maior e única reserva natural de araucária do mundo e possui ainda imensa reserva florestal de pinheiros e madeira de lei.

Qualquer tribunal isento daria aos caingangues e guaranis a posse das terras, levando em consideração as provas históricas de seus direitos e a vasta documentação, tão antiga quanto a nossa própria História. Mas, este é um capítulo à parte, que será julgado pelas gerações vindouras.

Cada vez mais o homem interfere e se imiscui nos ecosistemas, cujos arranjos e tessituras foram urdidos pela Mãe Natureza, ao sabor de milhões e milhões de anos, obedientes ao equilíbrio dos seres vivos sobre a Terra. Esta é a Civilização Antropofágica, cuja realidade é inconteste e cujo destino ela própria ignora.

Portanto, condenamos veementemente o comportamento piegas e ridículo que se pretende no relacionamento com o índio. Tem sido até hoje a cultura indígena tratada com piedade, e não é este tratamento que o índio necessita; ele precisa é de justiça e maior humanismo por parte da nossa sociedade.

Quero daqui desta Casa do Legislativo paranaense, congratular-me com um voto de apoio ao movimento pró-índio da Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAI do Paraná, que vem lutando pelos direitos indígenas do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – **(João Mansur)** Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando hoje à Mesa um requerimento endereçado ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, Fernando Fontana, sobre os certificados de qualificação profissional que estão sendo distribuídos em Curitiba.

Inclusive, seria tema de um pronunciamento no horário da Liderança, mas que será feito no dia de amanhã. Certificado expedido pelo Estado do Paraná, Secretaria da Indústria e do Comércio, Departamento do trabalho, qualificando como auxiliar de serviços médicos, depois de curso de 600 horas, com descrição sumária do curso: – fundamentos de enfermagem, enfermagem cirúrgica, ética profissional, enfermagem médica, estudos regionais, centro cirúrgico materno-infantil, microbiologia, saúde pública, parasitologia, português e anatomia.

Este requerimento pede algumas informações ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio.

O Sindicato dos Enfermeiros tem, há 14 anos, na sua Presidência, um verdadeiro pelego do sindicalismo do Paraná, o Sr. Antônio Lemos, que inclusive teve há poucos dias atrás a ousadia de distribuir uma carta aos donos de hospitais denunciando praticamente toda a classe de enfermeiros do nosso Estado do Paraná e tem o Sr. Antônio Lemos o respaldo – é bom que se diga e se lamente, do General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho.

Vamos voltar a este assunto. Apenas ocupamos a tribuna neste instante, para fazer breve menção a respeito deste nosso requerimento. Esperando a acolhida da Casa, inclusive dentro de instantes conversarei com o Líder da Maioria, para que ele tome conhecimento desta expedição de diplomas que, ultimamente, vem grassando em meios hospitalares, dada a proximidade de eleição no sindicato dos enfermeiros.

Era isso por hora, Sr. Presidente. Voltarei ao assunto na sessão de amanhã.

Muito obrigado. – **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE – **(João Mansur)** No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): " Trago a este Plenário, na data de hoje, um tema que analisa de forma peculiar o comportamento político do representante do povo que o elegeu. O tema é o seguinte: Prefeito constrói obra faraônica para a municipalidade. Aumentar impostos municipais até 15 vezes. Prefeito vende a Prefeitura.

Talvez possa haver discordância dos nobres Deputados que acompanharão esta minha manifestação no conceito que faço da responsabilidade, não só daquele que foi eleito pelo voto direto, mas também daquele que galgou posições através do voto indireto ou que assumiu cargos executivos por preferência pessoal de outrem.

Sempre entendi, sempre compreendi que o eleito, de uma maneira ou de outra, assumisse a grande responsabilidade de representar a sua comunidade, dentro dos objetivos sadios, visando a sociedade que nele confiou.

Sempre entendi que os candidatos de ontem, nos cargos que assumiram, deveriam cumprir tudo o que prometeram no palanque eleitoral, na televisão e outros órgãos de divulgação.

E tenho plena convicção que não é o que acontece com o atual Prefeito de Ponta Grossa.

A realidade de comportamento mesquinho daquele político que utiliza de artimanhas e dom da palavra, ontem em campanha, passa a um comportamento diverso, após ter a vitória nas mãos.

Sempre entendi que a franqueza, a forma sincera de conduzir e alinhar o comportamento político, fossem fatores positivos e conduziriam a confiança ao eleitorado.

No entanto, o eleitor não vê, não sente, não analisa, na maioria das vezes, este modo de conduzir a política de idealismo, de moralidade e de objetivos altruistas. O eleitor é envolvido no palavreado fácil e falso da torpeza das oportunidades políticas que por aí aparecem.

A comunidade em que vivemos é merecedora e deve

receber através de nós, benefícios que venham suavizar o clima de crise econômica.

Mas há, representantes do povo, que não entendem isso.

Galgam posições pelo voto democrático, e lá de cima, do pedestal, ditam normas que massacram o povo.

O comportamento, o dever, seria de zelar por essa gente que vive, sem usufruir nada material, apenas na certeza, na satisfação de estar lutando para a melhoria e bem estar de todos.

Seria o de buscar, de todas as formas e meios, a garantia e a segurança às suas famílias. E essa segurança vem, através, de oferecer oportunidade de empregos para os homens, às mulheres e aos jovens. Para todos, afinal, que na dedicação e produção, pela sua capacidade pessoal, possam adquirir meios para seus proveitos.

Foi isso que planejei e realizei em Ponta Grossa, com a participação de tantos idealistas e bem intencionados.

Proporcionei ao povo da minha terra aquilo que julguei o mais importante - a tranqüilidade de empregos, através do Plano de Desenvolvimento Industrial - PLADEI, para todos, a segurança de um futuro melhor.

Sempre entendi e compreendi, que agindo desta forma, com meus esforços profissionais, visando o bem do povo, estava cumprindo com minha obrigação perante aqueles que tiveram confiança de me colocar no cargo de mandatário de minha cidade.

Tenho a consciência tranqüila de que meus esforços o foram no sentido de um trabalho sereno e bem planejado, para dar a todos as oportunidades que oferecem o PLADEI.

Esta satisfação e prazer tenho, de ter colaborado para o engrandecimento da terra em que nasci e vivo através de três gerações que me cercam.

Sempre tive a esperança de que os administradores que me sucederiam, fortalecessem o Plano de Desenvolvimento Industrial, acompanhado de todo o planejamento da estrutura administrativa e urbanística, organizada e implantada em meu governo.

Entretanto, o governo municipal que assumiu em 1977, trouxe como base de planejamento a demagogia barata e, dentro dos seus objetivos, o imediato proveito da posição adquirida para benefícios pessoais, com a destruição de todo o planejamento que ali estava à sua disposição.

Foi desmantelado o PLADEI de Ponta Grossa, plano pioneiro no Estado do Paraná e que, em pouco tempo, ampliou o parque industrial de Ponta Grossa, com novas instalações de indústrias agro-pecuárias e expansões das existentes, que deram ímpeto econômico surpreendente ao município.

O Governo Municipal que se instalou, sob o comando demagógico e vazio do Sr. Luiz Carlos Stanislawzuk, trouxe a conseqüência da paralisação do processo industrial, pois as iniciativas passaram a ser mescladas de interesses financeiros particulares, o que afugentou as indústrias, principalmente na aquisição dos imóveis onde deveriam se instalar, pois os preços passaram a ser acrescidos de parcelas destinadas a outros fins não recomendáveis.

Na análise profunda que realizava das conseqüências nefastas da administração do alcaide Zuk, sempre aparecia o aspecto do desemprego, que voltou a imperar em Ponta Grossa.

E, sobre o desemprego que impera, gerando intranqüilidade naqueles que precisam trabalhar, comentei na imprensa de Curitiba e de Ponta Grossa.

No entanto, a reação do Prefeito de Ponta Grossa não foi a de corrigir as falhas gritantes de sua administração; foi criticando novamente o PLADEI, caluniando e mentindo sobre ele.

Com processo que movi por difamação, ganhei na Justiça, provando a minha honestidade e os elevados propósitos de idealismo que sempre cercou a minha administração.

Através da sentença do Poder Judiciário, ao ter ganho de causa, foi desmentido por um jornal a calúnia e publicado o desmentido.

Volta agora o Prefeito, dentro do seu espírito sempre destruitivo e demagógico a toda prova, dizer que presto desserviços à minha terra, Ponta Grossa.

Tenho a consciência tranqüila, repito, ao lado de tantos pontagrossenses que, com idealismo e honestidade, contribuimos eficientemente para o impulso que teve Ponta Grossa no período de 69/72, com um planejamento econômico, levantamento e aprimoramento cadastral, planejamento urbanístico, restruturação do setor educacional, extensão da rede social com implantação de novas unidades, instituição do PLADEI com compra do imóvel para atender às indústrias, com execução do projeto do distrito industrial - com fornecimento de força para atender as indústrias.

Evidente, foram citações apenas de planejamento que no governo municipal atual foram todas por terra; é a destruição administrativa que impera em Ponta Grossa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tenho evitado,dentro da minha formação profissional entrar em celeumas com o alcaide, mas todo o silêncio tem limites.

O atrevimento que veio através de seu pronunciamento desrespeita, inclusive decisão da justiça que obrigou uma retratação. As insinuações sujas e imorais a respeito de minha honestidade e integridade moral, provocou-me, de forma que não posso manter silêncio, e me compelem a usar desta tribuna para este pronunciamento, que vai baseado na realidade dos fatos e na realização de obras em benefício do povo pontagrossense.

No dicionário e nas ações do Prefeito Zuk não há palavras idealismo e honestidade. Há as antagônicas. Em seu dicionário há palavras "falido PLADEI", "desserviços", "incompetência" e os palavrões que pronuncia na televisão e nas rádios.

O PLADEI é falido para ele, que o destruiu, e esquece que o orçamento de quase três bilhões da Prefeitura, hoje, com significativa parcela de ICM, foi propiciado pelo sucesso do PLADEI.

E mais, o dinheiro público que está sendo desbaratado pelo Prefeito mau desbarato foi conquistado pelo desenvolvimento que o PLADEI proporcionou, sem aumentos astronômicos de impostos municipais como ocorre hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Realmente, o silêncio que estávamos mantendo, tem limites. Estou aqui para que todos ouçam com a necessária atenção.

O Sr. Luiz Carlos Stanislawzuk, cita muito a palavra "desserviços", somente que ainda não interpretou o seu significado. Desserviços são as suas ações de:

– compra de presentes como televisões à cores e jóias caríssimas, com notas que ultrapassam a Cr$ 300.000,00, com dinheiro público, conforme notas fiscais comprovatórias;

– compra de fazenda para vestidos finos, através de verba do SOS, cujas notas fiscais são emitidas como chitas e algodão;

– desserviços é contratar firma de Joinville para imprimir os carnês de impostos por valor de Cr$ 590.000,00, quando que firma local faria por Cr$ 70.000,00;

– desserviços à comunidade é o alcaide afirmar que em Ponta Grossa e no Paraná não há gráficas capazes de imprimir os carnês (televisão, última semana);

– desserviços que o Prefeito pratica normalmente é o abandono da conservação de ruas da cidade e distritos, utilizando os equipamentos em serviços particulares(fazendas, chácaras e construções) de propriedade do Prefeito, seus familiares e secretários;

– desserviços à cidade é a transferência do patrimônio (imóveis) da Prefeitura para a CIDEP, companhia da qual são acionistas o Prefeito, o Secretário de Administração, o Secretário da Fazenda, Júlio Federmann, Plauto Guimarães, Alexandre Aracema (vereador) e outros;

– desserviços ao povo é pagar polpudos vencimentos aos afilhados da CIDEP, essa indecência administrativa;

– desserviços ao contribuinte é realizar pavimentações asfálticas de péssimas condições técnicas, cobrando o dobro de que custa uma pavimentação a concreto asfáltico em ótimas condições;

– desserviços é exigir, junto à COHAPAR, com conivência do seu Diretor (COHAPAR), que os imóveis destinados a núcleos residenciais sejam aprovados pela Prefeitura, cuja aprovação custa – ao proprietário – um percentual para determinada "caixinha";

– desserviços é o desvio de vultosas importâncias para despesas de divulgação e dizer palavrões na televisão;

– desserviços à cidade é contradizer minha afirmativa que há desempregos na cidade. O SINE o comprova através do trabalho eficiente que realiza na intermediação de empregos. Em janeiro, foram solicitados 1719 empregos e feitas apenas 234 colocações. O Sr. Prefeito, se tivesse responsabilidade, deveria confessar que há desemprego em Ponta Grossa, como conseqüência de ter sustado o processo industrial, destruindo o PLADEI;

– desserviços ao povo é cobrar impostos vultosos, com aumentos que chegam até 15 vezes, e construir uma obra faraônica para nova sede municipal;

– mais uma citação do desserviço do alcaide de Ponta Grossa: vendera a Prefeitura através de compromissos de compra e venda para o Banco Itaú, pelo valor de Cr$ 35.000.000,00".

Está registrado sob matrícula número 5768, no Segundo Cartório de Registro de Imóveis.

Realmente, nunca ouvi falar depois da Revolução, na época da moralização que pretendemos tocar para a frente, que um Prefeito vendesse uma Prefeitura.

Pois o Prefeito vendeu a Prefeitura.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE – **(João Mansur)** Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Usará da palavra o Deputado Renato Bernardi.

O SR. PRESIDENTE – Com a palavra, o nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. NELTON FRIEDRICH – **(Pela ordem)** Sr.Presidente.

Só para esclarecimento da Liderança do PMDB se a prática costumeira é que o horário da liderança seria o primeiro do orador que estivesse na tribuna no Grande Expediente, ou se altera, porque estava na tribuna o Sr. Deputado Cyro Martins, e assim a Liderança a ser consultada, seria a do PDS.

O SR. PRESIDENTE – **(João Mansur)** Perfeitamente.

A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, a Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra, o Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É para mim, extremamente honroso, estar ocupando esta tribuna por delegação da Liderança do meu Partido, no momento, Sr. Presidente, em que a opinião pública internacional se comove com o drama de um povo que, na sua luta pela libertação nacional, vem sofrendo os horrores e as marcas de um verdadeiro genocídio.

Neste dia 24 de março, Srs. Deputados, completa um ano exatamente, um ano em que na Catedral de El Salvador, durante a Missa Solene daquela Igreja, elementos para-militares da extrema-direita, respaldados e reta-guardados pela estrutura do poder vigente naquele país, friamente assassinaram o Arcebispo Metropolitano de El Salvador, Dom Oscar Romero.

Neste sentido, Sr. Presidente, com a honrosa adesão e apoio ao conteúdo deste requerimento por parte do Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Deputado Adalberto Daros, do Líder do Partido Popular, Deputado Dácio Leonel de Quadros, e com o apoiamento unânime da Bancada do PMDB, apresentamos o seguinte requerimento. **(Lê)**:

"Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente requerimento, preenchidas as formalidades regimentais e ouvido o Plenário, REQUEREM sejam registrados os senimentos de solidariedade da Casa pelo primeiro aniversário do assassinato de Dom Oscar Romero, Arcebispo de El Salvador, cuja solução continua nebulosa e que sintetiza todo o drama de sangue, violência e martírio por que passa o povo salvadorenho.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.981

(aa) RENATO BERNARDI, JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, NELTON FRIEDRICH, FIORI LUIZ e TADEU LÚCIO MACHADO

APOIAMENTO:

Adalberto Daros, Gernote Kirinus, Dácio Leonel, Fidelcino Tolentino, Mário Celso, Gilberto Agibert Filho, Darcy Deitos, Carlos Zanlorenzi e Trajano Bastos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se comoveu e chamou a atenção da opinião pública internacional o martírio daquele homem, cuja vida foi dedicada à paz e à justiça social, não pode também a opinião pública internacional, e nós desta Casa que, por raízes legítimas de representação popular, representamos os sentimentos e as emoções do nosso povo, não podemos ficar ausentes e distantes do drama pelo qual passa toda a América Central, mas de uma forma especial e específica, a República Centro Americana de El Salvador, onde a tenacidade, a persistência, a esperteza de uma elite que concentrou todo o poder nas suas mãos e dele não quer abrir uma parcela sequer.

E para que possa se manter nesse poder, Sr. Presidente, não tem escrúpulos em sacrificar toda uma geração e e todo um povo.

Se já no ano passado, quando por ocasião do assassinato de Dom Romero, aqui ocupamos esta tribuna e lembrávamos a esta Casa Legislativa que institucionalizados havia cerca de 15 a 20 assassinatos políticos diariamente naquela República, entretanto agora, com os ventos diferentes que sopram do hemisfério norte, tentando fazer com que a América Latina como um todo seja o quintal continuista dos interesses acima do Rio Grande.

E então, com esta garantia de proteção, os regimes ditatoriais, Sr. Presidente, as elites armadas e poderosas que escravizam verdadeiras populações há mais de 300 anos, hoje se sentem fortes porque sabem que fazem plenamente o jogo do imperialismo norte-americano.

Assim, Sr. presidente, é subversão, é agitação, os estudantes sairem à praça pública e exigirem seus direitos; é subversão o camponês sem terra pedir o cumprimento da profecia bíblica de que ganhará o pão com o suor do seu rosto. Isto é subversão.

Não é subversão, entretanto, Sr. Presidente, uma das mais grotescas ditaduras que o mundo conheceu, a de François Duvallier, assassinando, matando, torturando, espoliando, conservando o Haiti como uma das partes do Continente como uma das partes do mundo de maior miséria, de maior alienação, de maior marginalização de todas aquelas conquistas que a civilização humana já obteve.

Mas é preciso que se dêem também as responsabilidades a quem efetivamente as têm.

Existe hoje um carrasco-mor na América, ocupando a Casa Branca, por delegação do povo americano, mas que com sua mão, sua caneta e seus dólares, está a cada dia a decretar a pena

de morte a tantos e tantos milhares de irmãos nossos.

Assim o é na Guatemala, assim o é nas Honduras, assim está sendo no Haiti, e diariamente a cada hora e a cada instante, Sr. Presidente.

Assim é na República Centro Americana de El Salvador.

E é fácil utilizar-se do chavão, muito em voga, "macarthista", da guerra fria, da década de 40 e do início da década de 50, a alegar que todo o povo, todo líder, todo homem voltado para a coisa pública, que procura um pouco mais de justiça social, aquele que procura uma participação um pouco maior dos benefícios que a civilização humana já conquistou, não para uns, para todos, é muito fácil usar-se o jargão "macarthista" de que são os agentes do comunismo internacional que lá estão.

Mas, na América Central, Srs. Deputados, é a Igreja, através de sua mensagem evangélica, de comprometimento com as classes oprimidas e com os pobres, a tentar, pelo século XX, a cumprir o princípio evangélico de estar ao lado dos oprimidos, ao lado dos que sofrem, ao lado dos que nada têm.

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (**João Mansur**) – A Mesa lembra o nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. RENATO BERNARDI – Concluirei, Sr. Presidente.

Concluirei pedindo que esta Casa apoie este requerimento, porque ele significa, acima de tudo, na exaltação de um homem que dando a sua vida, selou com sangue ao compromisso histórico que teve com o seu povo: o Arcebispo de El Salvador. Que os sentimentos de solidariedade desta Casa signifiquem, acima de tudo, o sentimento da solidariedade latino-americana de um destino comum que nos envolve a todos. Mas, também, Sr. Presidente, a condenação daqueles que tentando, num processo de expansão geo-política, conservar o seu poder, usam a dignidade da criatura humana como a esterqueira para vicejar a sua folha, a sua vegetação, de controle, de opressão, de espoliação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. – **(Sem revisão do orador)**

O SR. PRESIDENTE (**João Mansur**) – A Mesa consulta ao PP se deseja fazer uso da palavra.

O SR. DÁCIO LEONEL – Falará o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE (**João Mansur**) – Com a palavra o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A proclamada abertura democrática do Presidente João Figueiredo ainda não chegou ao interior do Paraná. Muitas autoridades continuam vivendo a época do arbítrio e da violência. Desrespeitam leis e direitos humanos. O que é pior, lançam mão de processo irregulares para o próprio enriquecimento ilícito.

A ação criminosa de funcionários da Polícia Civil vem ocupando, nos últimos tempos, o espaço dos jornais e a própria pauta dos trabalhos da Assembléia Legislativa. Denúncias se sucedem a denúncias, o que depõe contra a numerosa classe, que, em sua maioria, é operosa e honesta.

Dentre os casos sem conta de corrupção e de manifesto autoritarismo, temos agora o que vem ocorrendo na cidade de Santa Helena, onde o bacharel em Direito Oscar Pacheco dos Santos, em má hora guindado, como titular, à Delegacia de Polícia, está praticando toda sorte de desmandos. Criou em Santa Helena um clima de terror, e se aproveita disso para explorar a bolsa dos incautos.

O Sr. Olívio Santin é conceituado comerciante naquele inditoso município. Tão conceituado ele o é que já exerceu, pelo voto do povo, o mandato de Prefeito Municipal e, hoje, exerce, com dignidade e devotamento, o de Vereador, tendo sido, inclusive, presidente da Câmara Municipal, pelo consenso de seus pares. A sua casa de comércio, sita à Avenida Brasil n.º 829, em Santa Helena, é grandemente procurada por amigos e eleitores, que o consultam sobre problemas de natureza variada. Dentre os muitos, um cidadão também foi consultar o Sr. Olívio Santin a respeito de um alvará, exigido pela Delegacia de Polícia, ou melhor, por uma funcionária da seção policial conhecida por FUNRESPOL. Essa funcionária, diga-se de passagem, se apresenta como esposa do Delegado Oscar Pacheco dos Santos. Para a expedição do alvará, a dita funcionária tirou uma guia, para recolhimento da taxa respectiva em agência bancária. A dúvida pairou, no entanto, no espírito da parte quando ela exigiu que igualmente lhe fosse paga, em dinheiro, a importância de 2 (dois) mil cruzeiros, e que não consta de tabela alguma oficial. A consulta ao Sr. Olívio Santin era se devia, ou não, o interessado no alvará pagar, além da taxa no banco, a quantia de 2 (dois) mil cruzeiros, pedida pela funcionária. O conselho foi o de que se pagasse apenas a importância discriminada na guia de recolhimento, e nada mais.

O bacharel em Direito Oscar Pacheco dos Santos não honrou o seu diploma. Falou-lhe mais alto o "prejuízo" financeiro. Assim, pois, mandou intimação por escrito ao Sr. Olívio Santin, "para atender reclamos da Justiça, sob pena de responsabilidade criminal".

Por ser contrária a intimação, o comerciante e ex-prefeito municipal deixou de atendê-la, e não compareceu à FUNRESPOL, a fim de não ser desacatado.

O delegado Oscar Pacheco dos Santos, a partir desse instante, dirigiu sérias ameaças ao Sr. Olívio Santin, mandando avisá-lo que, "a qualquer hora, eu vou prender esse vereador, e eu mesmo irei buscá-lo. Do seu estabelecimento comercial a esta Delegacia de Polícia, vou esquentar o rabo de tatu no seu costado. Somente assim, esse abelhudo vai parar de criticar a Delegacia, e de se intrometer em coisa que não lhe diz respeito".

O bisonho bacharel em Direito está infringindo o disposto no artigo 150, parágrafo 20, da Constituição Federal, e o artigo 647 e seguintes do Código de Processo Penal Brasileiro.

A atitude violenta da autoridade policial, por ter deixado de ganhar mais um pouco ilegalmente, à custa dos cidadãos atemorizados, obrigou o Sr. Olívio Santin a impetrar "habeas-corpus" preventivo, para não sofrer constrangimento ilegal e sevícias. O pedido já foi encaminhado ao Juiz de Direito, mas o mais árduo trabalho do impetrante é o de conter a justa revolta da população contra o beleguim e sua suposta esposa.

No intuito de que a ordem pública seja restabelecida, e que a tranqüilidade volte a reinar nos lares de Santa Helena, torna-se necessário que o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, Cel. Haroldo Ferreira Dias, providencie a urgente remoção do Delegado Oscar Pacheco dos Santos, e mande para aquela pacata e laboriosa cidade autoridade policial mais conscienciosa e menos ávida de lucro ilícito."

O Sr. Gernote Kirinus – Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. EDILSON ALENCAR – Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus – Nobre Deputado Edilson Alencar, com muita propriedade Vossa Excelência aborda um assunto que já serviu de diálogo nesta Casa. O assunto da insegurança que vive aquela população da faixa de fronteira. Gostaria de parabenizá-lo e dar o meu testemunho de que também conversei com aquele vereador e o que realmente Vossa Excelência traz à tribuna é verdade.

Infelizmente e desgraçadamente esta verdade de que em Santa Helena, até o presente momento, não houve autoridade policial que tivesse conseguido resolver os problemas que tantas

vezes temos clamado por soluções.

Troca-se de Delegado, é um pior que o outro. Já denunciava aqui inclusive a ligação que existe entre Delegacia de Polícia e Prefeitura local, assunto esse que em resposta, recebemos nada mais do que infâmias, calúnias jogadas na imprensa.

No entanto, somente para testemunhar a Vossa Excelência de que realmente é um fato que deve preocupar toda esta Casa e parabenizar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento de hoje.

O SR. EDILSON ALENCAR -- Agradeço ao Deputado Gernote Kirinus, cujo depoimento veio também fortalecer a denúncia que ora fazemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**João Mansur**) – A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. – (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder da Bancada do PDS, indicando o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, para compor as seguintes Comissões Técnicas da Casa: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Terras, Imigração e Colonização como Titular; Comissão de Finanças e Comissão de Redação, como Suplente. – **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 111/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Marialva", com sede e foro na cidade de Marialva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**João Mansur**) – A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

17 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

EM VOTAÇÃO – 3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 111/80.

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 153/80.

2.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.os 159/80 e 164/80.

Levanta-se a sessão.